

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA FÍSICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MARINHO DO PARCEL DE MANUEL LUÍS E DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS REENTRÂNCIAS MARANHENSES**

---

**Responsável:** Dyego Bruno Sena Lima

**Setor:** Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas - SBAP

**Órgão:** Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA

**Unidades de Conservação:** Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís e Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses

## **1. OBJETIVO**

Contratação de serviço especializado pessoa física (Consultoria PF) para elaboração de Plano de Proteção do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís e da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses.

O contratado(a) deverá desenvolver as seguintes atividades:

1. Elaboração de plano de trabalho;
2. Realização de oficinas participativas remotas;
3. Validação e versão final dos Planos de Proteção, com todos os seus componentes, incluindo propostas de ações estratégicas e mecanismos de monitoramento.

## **2. ANTECEDENTES E CONTEXTO**

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do governo federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um Sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Este sistema integra diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) e outras medidas de conservação baseadas em área, sob diferentes estratégias de gestão.

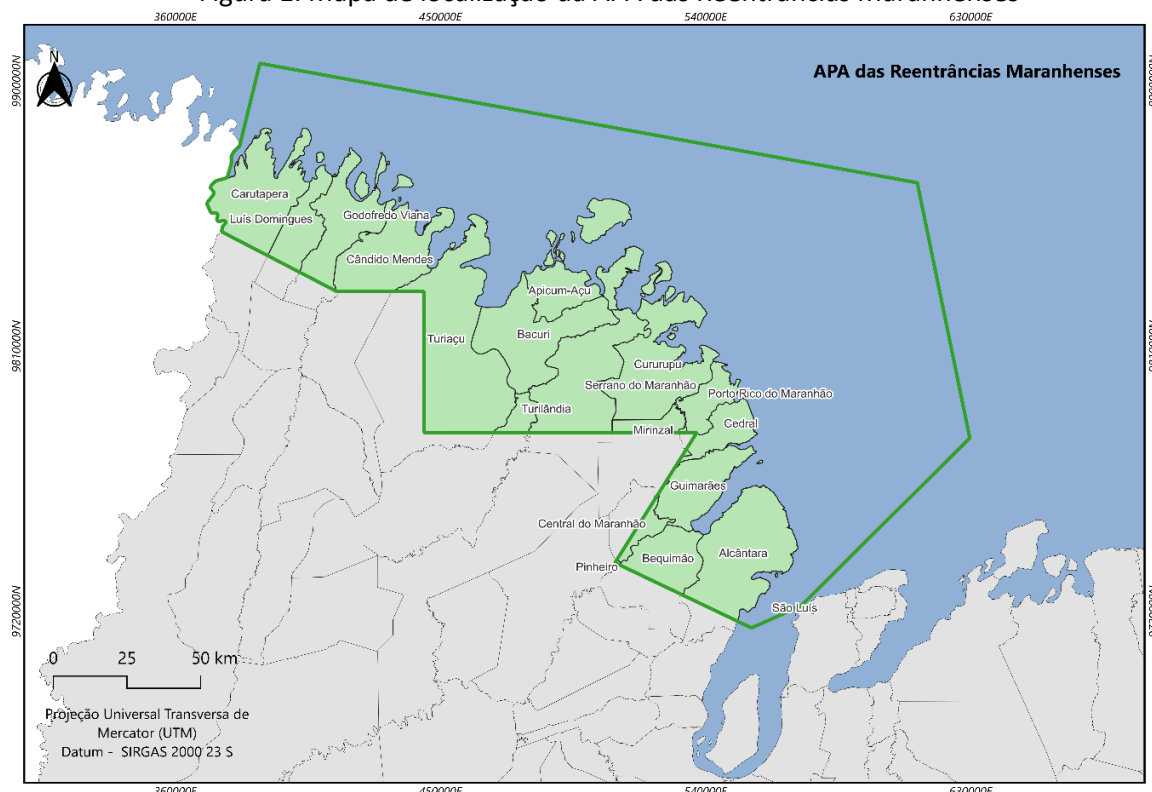
O Governo Federal implementa o Projeto GEF-Mar por meio de uma parceria técnico financeira com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sendo financiado com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 1777032 entre Petrobras e IBAMA, como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da empresa em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26. Os recursos são geridos financeira e operacionalmente pelo Funbio por meio dos Acordos de Contribuição Financeira Não Reembolsável celebrados entre o FUNBIO e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras com anuência do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em 31/10/2018 e em 29/09/2022, nos valores respectivos de sessenta e quarenta milhões de reais. O Projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelo ICMBio. O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

O Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís e a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses representam dois dos mais importantes instrumentos de conservação marinha e costeira do Maranhão, compondo um território essencial para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos da zona costeira do Maranhão. Nesse contexto, a APA das Reentrâncias Maranhenses e o PEM do Parcel de Manuel Luís, ambos sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA, foram contempladas pelo Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar, que visa promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira por meio do fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação.

A APA das Reentrâncias Maranhenses é uma UC estadual de Uso Sustentável criada pelo Decreto Estadual nº 11.901/1991, abrangendo 17 municípios correspondendo a 2.680.911 ha e está localizada no litoral norte do Maranhão (Figura 1).

Esta área é composta, sobretudo, de ambientes costeiros e marinhos (61,7%), constituídos por manguezais, estuários, rios, dunas, restingas e lagoas, que apresentam uma rica diversidade de espécies marinhas e terrestres e ecossistemas fundamentais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a proteção costeira, a regulação climática, a pesca artesanal e a subsistência de comunidades tradicionais. O complexo de estuários, manguezais e áreas alagadas das Reentrâncias Maranhenses constitui ainda um dos maiores e mais bem preservados sistemas de manguezal do mundo, abrangendo aproximadamente 450 mil hectares. Reconhecida como Sítio Ramsar desde o ano 2000, a região possui relevância internacional para a conservação de áreas úmidas e de aves migratórias, reforçando sua importância no cenário global de proteção da biodiversidade (Ramsar, 2000).

Figura 1. Mapa de localização da APA das Reentrâncias Maranhenses



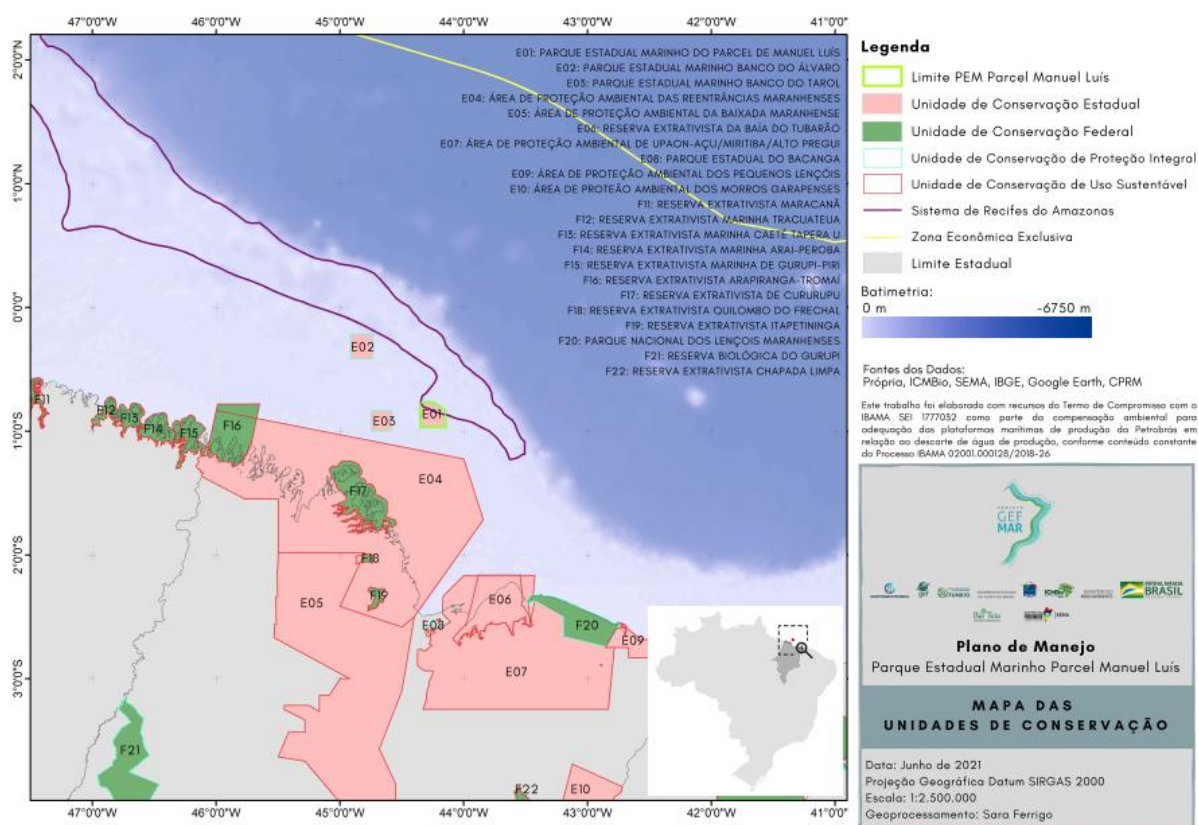
Fonte: SEMA/MA

Apesar de sua reconhecida importância ecológica e sociocultural, a APA das Reentrâncias Maranhenses enfrenta pressões crescentes, entre as quais se destacam o desmatamento, a expansão urbana desordenada, a poluição hídrica, a sobrepesca e as queimadas. Esses fatores comprometem a integridade dos ecossistemas e ameaçam o modo de vida das comunidades locais, o que torna urgente o fortalecimento de políticas públicas e ações articuladas de proteção, manejo e uso sustentável dos recursos naturais da região.

Já o PEM do Parcel de Manuel Luís é uma Unidade de Conservação de proteção integral, instituída pelo Decreto Estadual nº 11.902, de 11 de junho de 1991, apresentando uma área de aproximadamente 45.238 hectares (Figura 2). Está localizado na costa maranhense, sendo caracterizado por ecossistemas marinhos e costeiros, incluindo bancos de areia, recifes e áreas de reprodução de espécies de interesse ambiental.

O Parcel integra o Mosaico de Recifes Maranhenses, uma rede de Unidades de Conservação marinhas que visa promover a conservação integrada dos ecossistemas recifais do estado. Esse mosaico inclui também os Parques Estaduais Marinhos do Banco do Álvaro e do Banco do Tarol, criados pela Lei Estadual nº 10.172, de 12 de dezembro de 2014, e juntos abrangem áreas marinhas de grande relevância ecológica e socioambiental.

Figura 2. Mapa de localização do PEM Parcel de Manuel Luís



**Fonte:** Plano de Manejo do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís (2021)

Acerca da biota, parte do Parcel de Manuel Luís está situada em área de importância biológica prioritária “Extremamente Alta”. A UC também constitui uma matriz relevante para espécies marinhas do Atlântico Sul, sendo reconhecida internacionalmente em 2000 como Sítio Ramsar – Zona Úmida de Importância Internacional, representando um ecossistema sensível e extremamente produtivo, com uma das maiores diversidades biológicas do mundo (PRATES, 2006).

Na região biogeográfica da Costa Norte do Brasil onde se encontra o PEM, especialmente os bancos do Manuel Luís e do Álvaro foram por muito tempo consideradas as únicas formações coralíneas, com corais vivos identificadas nesta plataforma, marcando o limite norte de distribuição dos corais no país, onde cabeços de coral afloram à superfície. Considerando a costa brasileira, ocorrem nesta região quase todas as espécies de corais formadores de recifes registradas para a costa do nordeste brasileiro, incluindo espécies marinhas raras ou ameaçadas como o mero e as tartarugas-de-pente.

Diante desse contexto, a elaboração dos Planos de Proteção torna-se fundamental, pois fornecerá uma base estruturada e orientações claras para a gestão das Unidades de Conservação, permitindo a proteção dos habitats naturais e das espécies presentes, além de assegurar o funcionamento equilibrado dos ecossistemas. O plano permitirá ainda, dentre outras prioridades, a definição de estratégias específicas de monitoramento, fiscalização e

manejo, oferecendo subsídios técnicos para a tomada de decisões, mitigação de impactos e articulação das ações de conservação, contribuindo para a proteção da APA das Reentrâncias Maranhenses e do PEM do Parcel de Manuel Luís.

### **3. ESCOPO DO TRABALHO**

O contratado deverá entregar os seguintes produtos: 1 Plano de trabalho para as duas UCs, 1 relatório das oficinas com os atores envolvidos e 2 Planos de Proteção, sendo um para cada UC.

Para a elaboração dos produtos a consultoria deverá executar as seguintes ações:

#### **Atividade 1: Planejamento Inicial e Elaboração do Plano de Trabalho**

- Realização de 01 reunião técnica remota de até 03 horas com a equipe da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) que atua na gestão da APA e do Parque, para alinhamento metodológico;
- Elaboração e entrega do Plano de Trabalho contendo metodologias, atividades, dados a serem coletados, resultados esperados e cronograma detalhado, refletindo os prazos indicados no contrato a ser firmado com o FUNBIO.

#### **Produto 1: Plano de trabalho**

O Plano de Trabalho deverá contemplar os seguintes itens:

- a) Cronograma de execução, com prazos, meios, custos e responsáveis referentes ao objeto de contratação;
- b) Descrição detalhada de metodologias e escalas de análise a serem utilizadas na elaboração de cada produto;
- c) Detalhamento das atividades técnicas a serem desenvolvidas;
- d) Identificação preliminar dos dados a serem coletados;
- e) Descrição das atividades, com identificação das metodologias e dos resultados esperados.

O Plano de Trabalho deverá ser entregue em até 30 dias após a assinatura do contrato.

#### **Atividade 2: Oficina preparatória para elaboração do Plano de Proteção**

Serão realizadas três oficinas remotas, distribuídas em 03 dias de trabalho, com duração estimada de até 06 horas por dia. As atividades contarão com a participação média de 40 pessoas, envolvendo representantes de diferentes instituições, comunidades e setores com atuação direta ou indireta na área da UC. Nesta etapa, caberá à contratada a mobilização dos atores-chave relacionados ao território. A contratada deverá garantir que as condições técnicas e organizacionais necessárias estejam asseguradas para o pleno funcionamento das oficinas e para a participação dos atores.

Para apoiar esse trabalho, o órgão gestor disponibilizará uma listagem inicial de contatos considerados prioritários, possibilitando à contratada o início da coleta de informações.

As oficinas serão realizadas com a participação do Poder Público e da Sociedade Civil, em diferentes níveis de atuação, assegurando a representatividade das comunidades tradicionais envolvidas com as UCs. O objetivo central será identificar percepções, desafios e oportunidades relacionadas à proteção das unidades.

As atividades centrais a serem desenvolvidas nesta fase compreendem:

- Mobilização dos atores-chave (comunidades pesqueiras, entidades e lideranças comunitárias, conselho consultivo, instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil e demais usuários da área);
- Elaboração de metodologia adequada ao contexto local, prevendo dinâmicas de grupo, registros e sistematização das contribuições;
- Planejamento logístico das oficinas (convites, materiais de apoio e equipamentos audiovisuais);
- Condução das oficinas, com mediação e registro das discussões;
- Sistematização dos resultados e elaboração do relatório das oficinas, contendo atas, lista de presença, fotografias e principais contribuições para a sistematização do plano de proteção.

### **Produto 2: Relatório das Oficinas com os principais atores**

Texto consolidado, de caráter técnico, apresentando os principais achados das oficinas e as recomendações iniciais que subsidiarão a elaboração dos Planos de Proteção das Unidades de Conservação.

O relatório deverá apresentar o registro completo das atividades realizadas, incluindo a descrição metodológica, a mobilização dos atores-chave, o planejamento logístico, a condução das dinâmicas e a sistematização dos resultados. O documento deverá conter: introdução contextualizando os objetivos e o vínculo com o plano de proteção; metodologia empregada e instrumentos utilizados; síntese da mobilização e participação dos atores; relato das atividades desenvolvidas; principais resultados e contribuições para a construção do plano; avaliação da oficina; considerações finais e referências.

Deverão ser anexados à entrega: atas, lista de presença, registros fotográficos, materiais de apoio e fichas de contribuição dos participantes.

O relatório das oficinas deverá ser entregue em até 90 dias após a assinatura do contrato.

### **Atividade 3: Construção dos Planos de Proteção**

Na fase de construção dos Planos de Proteção das UCs, caberá à contratada a análise crítica e integrada das informações coletadas durante as oficinas e demais etapas do processo. Essa análise deverá contemplar:

- Análise dos dados coletados, das informações secundárias levantadas e das contribuições das oficinas remotas;

- Identificação das principais ameaças às UCs e dos conflitos de uso relacionados à atividade pesqueira e conservação da biodiversidade;
- Proposição de estratégias de proteção e medidas preventivas, considerando aspectos ambientais, socioeconômicos e institucionais;
- Estruturação do Plano de Proteção com definição de objetivos, metas, diretrizes operacionais, mecanismos de monitoramento e avaliação;
- Validação preliminar do conteúdo junto à SEMA;
- Entrega do documento final consolidado.

### **Produto 3: Plano de Proteção**

Os Planos de Proteção deverão conter a seguinte estrutura e itens abordados:

#### **I – Informações Gerais**

- a) Ficha Técnica
- b) Introdução
- c) Limites
- d) Localização
- e) Acessos
- f) Características relevantes
- g) Ocupação Humana
- h) Conselho Gestor
- i) Plano de Manejo
- j) Sinalização
- k) Infraestrutura
- l) Equipamentos
- m) Recursos Humanos
- n) Parceiros
- o) Informações sobre as principais cidades próximas a UC, com destaque para corporações que possam apoiar ações de monitoramento e fiscalização (Batalhão de Polícia Ambiental – BPA – PM/MA, Corpo de Bombeiros-MA, Marinha do Brasil, ONGs, etc.)
- p) Recursos Financeiros

#### **II – Diagnóstico**

- a) Mapeamento
- b) Acesso à Unidade de Conservação
- c) Atividades desenvolvidas no continente e na UC
- d) Problemas e pontos frágeis da Unidade de Conservação
- e) Relação entre a UC e o continente
- f) Rotina das atividades de monitoramento, controle e fiscalização

### III – Estratégias de Proteção

- a) Comunicação e educação
- b) Monitoramento e fiscalização
- c) Conhecimento
- d) Estimativa de recursos diretos necessários para implementação

### IV – Matriz do Programa de Proteção

### V – Estratégias de Monitoria e Avaliação.

Os planos de proteção deverão ser entregues em até 135 dias após a assinatura do contrato.

## 4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A contratada deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme quadro a seguir:

Produto	Prazo de entrega <sup>1</sup>	Prazo de validação <sup>2</sup>	Pagamento <sup>3</sup>
<b>1 - Plano de trabalho</b>	30	15	15%
<b>2 - Relatório das Oficinas com os principais atores</b>	90	15	35%
<b>3 - Planos de Proteção</b>	135	21	50%
<b>Total</b>	156		100%

<sup>1</sup> dias corridos em relação à data de assinatura do contrato;

<sup>2</sup> dias corridos em relação à data de entrega dos produtos;

<sup>3</sup> porcentagem (%) de pagamento em relação ao valor total do contrato.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas no prazo de até 156 dias, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos. O contrato terá vigência total de 220 a contar a partir da data de assinatura do contrato.

A contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para gerencia e para o setor de contratos), devidamente aprovados pelo órgão gestor da UC. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do preenchimento do Termo de Recebimento e Aceite - TRA pelo responsável técnico, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso.

Estarão incluídos no custo informado a remuneração dos serviços prestados pela contratada, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei (IRRF e INSS – para pessoa física). O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade –



FUNBIO, com recursos do Projeto GEF-Mar. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do Funbio enquanto contratante.

## **5. FORMA DE APRESENTAÇÃO**

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente. Todos os documentos deverão estar em linguagem compatível com o público integrante do conselho gestor da UC.

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

Todos os produtos deverão ser apresentados em formato docx, pdf (texto) e xlsx (planilhas). As apresentações devem ser feitas em formato pptx ou pdf. Também deverão ser geradas versões dos produtos em formatos compatíveis com os programas do pacote Office mais recente e Libreoffice. No caso de mapas, os formatos em *shapefile* deverão ser compatíveis com o programa QGIS.

A entrega dos arquivos deverá ser feita em formato digital, via e-mail ou por meio de nuvem de dados, como Google Drive e WeTransfer. Não será necessário imprimir nenhum dos produtos. Deverá ser entregue, juntamente com os produtos, todo o material de apoio utilizado nas suas respectivas elaborações, tais como textos, atas de reuniões, registros fotográficos, mapas, bases de dados, arquivos vetoriais, planilhas, desenhos técnicos, croquis, gráficos, tabelas, apresentações, bem como quaisquer outros insumos que tenham subsidiado o desenvolvimento do trabalho.

## **6. INSUMOS NECESSÁRIOS**

Após a conclusão do processo de contratação e formalização, por e-mail, de que o contrato está oficialmente vigente, todas as comunicações e trocas de informações serão realizadas diretamente entre a equipe técnica e a contratada.

O Órgão gestor enviará para a contratada informações e documentos adicionais sobre a UC contempladas por este Termo de Referência (TdR). A entrega das informações da equipe técnica e do órgão será feita em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.

A contratada deverá dispor de computador, softwares, espaço físico e demais recursos próprios para a execução dos produtos.

As oficinas estão previstas no formato remoto, não sendo previsto encontro presencial, logo, a Contratada não precisa considerar custos relacionados ao deslocamento às regiões abrangidas no presente Termo, durante a elaboração da proposta.

## **7. REQUISITOS TÉCNICOS**

Graduação em Biologia, Ecologia, Geografia, Engenharia Ambiental, Oceanografia, Gestão Ambiental, Ciências Sociais ou áreas afins.

Experiência com atividades de gestão participativa de diferentes públicos.

## **8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

O responsável técnico pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será o órgão gestor da UC, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

A equipe técnica do órgão gestor da UC terá um prazo de 15 dias corridos para aprovação dos produtos 1 e 2, e 21 dias corridos para aprovação do produto 3, após a entrega pela contratante. É recomendável que a equipe técnica realize no máximo duas revisões para aprovar o produto.

O Responsável Técnico será responsável pelo envio dos produtos aprovados (documento final e seus anexos) para a área de contratos do FUNBIO, autorizando o pagamento e copiando o ponto focal respectivo e gerência.

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo(a) contratado(a) será da equipe composta pela SEMA/MA.